

Sumário

Capítulo 1 ▶ DIREITO ECONÔMICO E ECONOMIA	17
1. História do pensamento econômico.....	17
1.1. Adam Smith (1723-1790).....	17
1.2. David Ricardo (1772-1823)	19
1.3. Thomas Robert Malthus (1766-1834).....	19
1.4. Jean-Baptiste Say (1767-1832).....	19
1.5. Karl Marx (1818-1883).....	19
1.6. Léon Walras (1834-1910)	21
1.7. John Maynard Keynes (1883-1946)	22
1.8. Joseph Alois Schumpeter (1883-1950).....	22
1.9. Milton Friedman (1912-2006)	23
2. Direito Econômico	23
3. Tipologia dos sistemas econômicos	29
4. Sistemas econômicos	30
4.1. Capitalismo	30
4.2. Socialismo.....	30
5. Liberalismo e intervencionismo.....	31
6. Modalidades de intervenção.....	35
Capítulo 2 ▶ ORDEM JURÍDICO-ECONÔMICA NO BRASIL	37
1. Constituição econômica e ordem jurídico-econômica	37
2. Ordem econômica na história constitucional brasileira	39
3. Fundamentos da ordem econômica.....	42
3.1. Valorização do trabalho humano.....	42
3.2. Livre-iniciativa.....	42
4. Finalidades ou objetivos da ordem econômica	45
4.1. Existência digna	45
4.2. Justiça social	46
5. Princípios gerais da atividade econômica	47
5.1. Princípio da soberania nacional	50
5.2. Princípio da propriedade privada.....	51
5.3. Princípio da função social da propriedade	52
5.4. Princípio da livre concorrência	55
5.5. Princípio da defesa do consumidor.....	58
5.6. Princípio da defesa do meio ambiente	62
5.7. Princípio da redução das desigualdades regionais e sociais	66
5.8. Princípio da busca do pleno emprego.....	67
5.9. Princípio do tratamento favorecido para empresas de pequeno porte.....	68
5.10. Princípios implícitos da ordem econômica.....	73
6. O livre exercício da atividade econômica. Limitações e condicionamentos	75
7. A lei da liberdade econômica (Lei nº 13.874, de 2019)	79

7.1. Lei da Liberdade Econômica: alcance, escopo e princípios.....	79
7.2. Declaração de Direitos de Liberdade Econômica.....	81
7.3. Garantias à livre iniciativa.....	87
7.4. Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial (FIARC).....	90
7.5. Análise de Impacto Regulatório.....	91
7.5.1. O procedimento da Análise de Impacto Regulatório.....	94
7.6. Alterações legislativas decorrentes da Lei da Liberdade Econômica.....	96
Capítulo 3 ▶ INTERVENÇÃO DIRETA DO ESTADO BRASILEIRO NA ORDEM ECONÔMICA.....	99
1. Exploração da atividade econômica pelo Estado.....	99
2. Empresas estatais.....	103
2.1. Conceito.....	103
2.2. Criação e extinção.....	105
2.3. Regime de pessoal.....	107
2.4. Administração.....	108
2.5. Atos, licitações e contratos.....	112
2.6. Patrimônio.....	117
2.7. Falência.....	118
2.8. Fiscalização pelo Estado e pela sociedade.....	118
2.9. Objeto das empresas estatais.....	120
2.10. Transparência e <i>compliance</i>	121
2.11. Especificidades do regime jurídico das estatais que prestam serviços públicos....	123
2.12. Especificidades do regime jurídico das estatais que desenvolvem atividade econômica.....	126
2.13. Diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista.....	128
2.14. Empresa de Correios e Telégrafos (ECT).....	133
2.15. Empresas subsidiárias e controladas.....	136
3. Serviços públicos.....	137
3.1. Conceito e classificação.....	137
3.2. Princípios.....	140
3.3. Direitos e deveres dos usuários.....	144
3.4. Aplicação do CDC aos serviços públicos.....	145
3.5. Lei de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei nº 13.460/2017).....	146
3.6. Delegação dos serviços públicos.....	151
3.7. Licitação.....	157
3.8. Cláusulas do contrato de concessão comum.....	158
3.9. Remuneração do concessionário.....	162
3.10. Intervenção do poder concedente.....	165
3.11. Extinção da concessão.....	166
3.12. Reversão dos bens.....	167
3.13. Concessão Florestal.....	168
3.14. Prestação de serviços públicos em regime de parceria com agentes privados..	168
4. Parcerias Público-Privadas.....	170
4.1. Conceito e princípios.....	170
4.2. Modalidades.....	173
4.3. Características e vedações.....	175
4.4. Licitação.....	177
4.5. Cláusulas contratuais.....	179

4.6. Contraprestação do Poder Público	181
4.7. Garantias.....	182
4.8. Sociedade de propósito específico	183
4.9. <i>Step-in rights</i> nas concessões comuns e especiais	184
4.10. Disposições aplicáveis à União	185
5. Monopólios na Constituição Federal de 1988	188

Capítulo 4 ► INTERVENÇÃO INDIRETA DO ESTADO BRASILEIRO NA ORDEM ECONÔMICA..... 195

1. Intervenção indireta na Constituição Federal de 1988	195
2. Estado regulador.....	199
3. Natureza jurídica e objetivos da Regulação	203
3.1. Instrumentos de regulação e de mercado	205
4. Regulação e promoção da concorrência	206
5. Agências Reguladoras Independentes.....	209
5.1. Atividades	212
5.2. Classificação.....	219
5.3. Autonomia administrativa	220
5.4. O processo decisório nas Agências Reguladoras.....	226
5.5. Prestação de contas e controle social	229
5.6. Teoria da Captura.....	234
6. Agências em espécie.....	237
6.1. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)	237
6.2. Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	241
6.3. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).....	245
6.4. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	249
6.5. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).....	252
6.6. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).....	256
6.7. Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) – Lei 10.233/2001	260
6.8. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) – Lei 10.233/2001	263
6.9. Agência Nacional do Cinema (ANCINE).....	266
6.10. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) – Lei 11.182/2005.....	268
6.11. Agência Nacional de Mineração (ANM) – Lei 13.575/2017	272
7. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE).....	276
7.1. Cide-combustível	279
8. Regime jurídico dos recursos naturais.....	280
8.1. Recursos para produção de energia hidráulica	282
8.2. Recursos minerais	284
8.3. <i>Royalties</i>	290
9. Promoção e incentivo ao Turismo	293
10. Disciplina do capital estrangeiro	294

Capítulo 5 ► DIREITO DA CONCORRÊNCIA 299

1. Origem do Direito da Concorrência	299
2. Histórico e fundamento constitucional da defesa da concorrência no Brasil.....	300
2.1. Fundamento constitucional	302
3. Extraterritorialidade da Lei 12.529/11.....	303
4. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência	305
4.1. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).....	306
4.1.1. Tribunal Administrativo de Defesa Econômica (TADE).....	308

4.1.2.	Superintendência-Geral	311
4.1.3.	Procuradoria Federal junto ao Cade	313
4.1.4.	Departamento de Estudos Econômicos.....	314
4.1.5.	Gestão Administrativa, orçamentária e financeira do Cade	314
4.2.	Ministério Público Federal perante o Cade	315
5.	Infrações da ordem econômica.....	317
5.1.	Limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre-iniciativa	322
5.2.	Dominar mercado relevante de bens ou serviços	322
5.3.	Aumentar arbitrariamente os lucros.....	326
5.4.	Exercer de forma abusiva posição dominante.....	327
5.5.	Infrações à ordem econômica em sentido estrito	330
5.6.	Das penas	340
6.	Controle de concentrações.....	344
6.1.	A regra da razão (<i>rule of reason</i>)	350
7.	Processo administrativo	353
7.1.	Processo Administrativo no controle de atos de concentração	356
7.2.	Inquérito Administrativo para apuração de infrações da Ordem Econômica.....	360
7.3.	Processo Administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica	361
8.	Mecanismos consensuais de solução de controvérsias no direito concorrencial	363
8.1.	Termo de Compromisso de Cessação.....	364
8.2.	Sinopse do Guia de Termo de Compromisso de Cessação para os casos de cartel.....	365
8.2.1.	Da colaboração.....	367
8.2.2.	Da Contribuição pecuniária	368
8.3.	Acordo de Leniência	372
8.4.	Sinopse do Guia de Programa de Leniência Antitruste do Cade	374
8.4.1.	Aspectos gerais do Programa de Leniência Antitruste do Cade	374
8.4.2.	Fases da negociação do Acordo de Leniência no Cade	378
8.4.3.	Após a celebração do Acordo de Leniência	380
8.4.4.	Leniência <i>Plus</i>	381
8.5.	Acordos em Controle de Concentração	382
9.	Execução judicial das decisões do CADE	383
9.1.	Intervenção judicial	386
10.	Sinopse do Guia para a análise da consumação prévia de atos de concentração econômica (<i>gun jumping</i>).....	388
10.1.	Atividades que podem levar à caracterização da consumação prévia de atos de concentração econômica (<i>gun jumping</i>).....	388
10.2.	Procedimentos para diminuição do risco de consumação prévia de atos de concentração econômica.....	390
10.3.	Possíveis punições em caso de verificação da consumação prévia de atos de concentração econômica	391
11.	Sinopse do Guia Programas de <i>Compliance</i>	393
11.1.	<i>Compliance</i>	393
11.2.	<i>Compliance</i> concorrencial	395
12.	Remédios antitruste.....	398

Capítulo 6 ▶ SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E ATIVIDADE BANCÁRIA	401
1. Sistema Financeiro Nacional	401
2. Conselho Monetário Nacional (CMN)	407
3. Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)	412
4. Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC)	413
5. Banco Central do Brasil	415
5.1. O Banco Central na Lei de Responsabilidade Fiscal	419
6. Comitê de Política Monetária (COPOM)	422
7. Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	422
8. Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)	424
9. Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)	425
10. Banco do Brasil S/A	427
11. Caixa Econômica Federal (CEF)	429
12. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES)	430
13. Fusões e aquisições no Sistema Financeiro Nacional (Cade x Banco Central)	431
14. Sistema de pagamentos	434
15. Regime de Administração Especial Temporária (RAET)	436
16. Acordos de Basileia	438
Capítulo 7 ▶ ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL	443
1. Introdução	443
2. Sujeitos Econômicos Internacionais	444
3. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)	445
4. Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)	447
5. Organização Mundial do Comércio (OMC)	449
6. Mercosul	457
6.1. Origens e evolução	457
6.2. Natureza jurídica	461
6.3. Propósito, princípios e instrumentos	464
6.4. Fontes jurídicas	466
6.5. Estrutura	470
6.6. Solução de controvérsias	472
6.7. Principais tratados	477
7. Instrumentos de Defesa Comercial	478
7.1. <i>Dumping</i> e <i>Antidumping</i>	479
7.2. Medidas de Salvaguarda	487
7.3. Medidas Compensatórias	491
Capítulo 8 ▶ DIREITO PENAL ECONÔMICO	495
1. Introdução	495
2. Crimes contra o mercado de capitais – Lei 6.385/76	496
2.1. Manipulação do mercado	497
2.2. Uso indevido de informação privilegiada (<i>insider trading</i>)	499
2.3. Exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função	504
3. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional – Lei 7.492/86	505
3.1. Bem jurídico tutelado	509
3.2. Sujeitos do crime	509
3.3. Competência	511
3.4. Delação premiada	511

3.5. Divulgação de informação falsa ou prejudicialmente incompleta (art. 3º)	512
3.6. Gestão fraudulenta e gestão temerária (art. 4º).....	513
3.7. Sonegação de informação ou prestação de informação falsa (art. 6º).....	517
3.8. Emissão, oferecimento ou negociação irregular de títulos ou valores mobiliários (art. 7º)	518
3.9. Empréstimo ou adiantamento vedados (art. 17)	520
3.10. Financiamento mediante fraude (art. 19).....	522
4. Crimes contra a ordem econômica e as relações de consumo – Lei 8.137/90.....	525
4.1. Crimes contra a ordem econômica.....	525
4.2. Crimes contra as relações de consumo.....	528
5. Crimes contra a ordem econômica e estoque de combustíveis – Lei 8.176/91.....	533
6. Crimes de lavagem de dinheiro – Lei 9.613/98.....	537
6.1. Autonomia.....	539
6.2. Fases	541
6.3. Sujeitos do crime e tentativa	543
6.4. Competência.....	545
6.5. Procedimento	546
6.6. Efeitos da condenação.....	547
6.7. Delação premiada	547
6.8. Ação controlada.....	549
6.9. Mecanismos de controle	550
SÚMULAS RELACIONADAS AO DIREITO ECONÔMICO	553
SÚMULAS DO CADE	559
TESES DO STJ RELACIONADAS AO DIREITO ECONÔMICO	561
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	569